

Metas de Copenhague ainda muito distantes



O fato de a Alemanha ser um dos países mais industrializados do mundo não evitou o crescimento ininterrupto do número de pessoas vivendo em situação de risco de pobreza, a redução no poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras e maior desigualdade na distribuição de renda. As mulheres continuam a receber salários 20% menores do que os dos homens pelo mesmo tipo de trabalho, e a ajuda para o desenvolvimento ficou estacionada em 0,28% da renda nacional bruta em 2004.

Observatório da Cidadania da Alemanha
Cúpula do Fórum Social Mundial
Uwe Kerkow

“Lucros crescem fortemente, salários estagnados” foi a manchete de um dos principais jornais diários da Alemanha no início de 2005. O texto informava que, somente em 2004, a renda nacional tinha crescido 3%, atingindo 1.616 trilhão de euros (US\$ 2.006 trilhões). No entanto, há grandes hiatos na distribuição dessa renda. Enquanto a assistência governamental às pessoas necessitadas e os salários estavam estagnados em 1.132 trilhão de euros (US\$ 1.405 trilhões), “houve um aumento substancial, de 10,4%, na renda gerada pelas atividades empresariais e pelos ativos de capitais, atingindo atualmente 484 bilhões de euros (US\$ 601 bilhões)”.¹

Essa notícia não foi surpresa, pois, um mês antes, o governo federal tinha publicado uma versão preliminar do Segundo Relatório sobre Pobreza e Riqueza, intitulado *Situações de vida na Alemanha*. O documento revelava que o crescimento uniforme do índice de risco de pobreza² entre 1983 e 1998 havia continuado nos cinco anos subsequentes. Em 2003, 13,5% das pessoas residentes na Alemanha corriam alto risco de pobreza, ao passo que esse percentual era de 12,1% em 1998.³

O relatório também destacava muitas das debilidades das políticas sociais: os índices mais altos de risco de pobreza⁴ afetam crianças menores

de 15 anos (atualmente 15%, em comparação com 13,8% em 1998), adolescentes e jovens adultos(as) (19,1%, em comparação com 14,9% em 1998) e desempregados(as) (40,9%, em comparação com 33,1% em 1998). Pessoas solteiras com filhos(as), na maioria mulheres, são especialmente atingidas: seu risco de pobreza tem se mantido sem alterações em 35,4%, desde 1998.

Tendo em vista o alto índice de pobreza infantil, Jürgen Gohde, presidente da Diakonisches Werk, a organização da Igreja Protestante alemã para trabalho social e de assistência, exigiu que o governo federal adotasse medidas especiais em políticas da família, quando falava numa conferência de imprensa organizada pelo *Observatório da Cidadania da Alemanha*, no dia 11 de março de 2005. “O índice mais alto de dependência da assistência social está entre menores de 3 anos”, afirmou Gohde,⁵ e esse é o motivo da urgência de adotar uma “renda básica para as crianças”. O compromisso 2 da Declaração de Copenhague obrigava os Estados signatários a “reduzirem substancialmente a pobreza no menor tempo possível”. “Em muitas áreas”, disse Gohde, “ainda temos que percorrer um longo caminho para alcançar as metas de Copenhague”.

A causa principal do crescimento do risco de pobreza na Alemanha é o fato de que cada vez um número maior de pessoas depende da assistência governamental de forma permanente.⁶ Contudo, sem contar o fato de que cada vez mais um número menor de pessoas têm emprego adequado, o crescimento das rendas de salários também indica uma falta de equilíbrio financeiro. Isso fica claro ao examinarmos as tendências salariais nos anos recentes: em 2001, a Confederação Alemã de Sindicatos

calculava⁷ que o poder de compra dos trabalhadores tinha diminuído “numa média anual de 0,7%” entre 1991 e 2000. “No total, houve uma queda de 5,9% no poder de compra, desde 1991”.⁸

Famílias endividadas

Em vista desses acontecimentos, não é nenhuma surpresa que exista um hiato crescente na distribuição da riqueza privada da Alemanha, estimada em 5 trilhões de euros (US\$ 6,44 trilhões). Enquanto as famílias da metade inferior da escala de rendas “possuem menos de 4% da riqueza líquida total, as 10% famílias mais ricas [...] são proprietárias de cerca de 47%. A proporção do que as 10% pessoas mais ricas detinham aumentou uns 2%, entre 1998 e 2003”, observava o Segundo Relatório sobre Pobreza e Riqueza.⁹

A crescente desigualdade fica clara no aumento da dívida de muitas famílias. O relatório observava que “o número total de famílias muito endividadas aumentou 13% entre 1999 e 2002 – de 2,77 milhões para 3,13 milhões”.¹⁰ Enquanto 1.634 consumidores e consumidoras declararam falência em 1999, esse número disparou para 9.070 em 2001. Em 2003, 32.131 pessoas fizeram solicitações de certidões formais de insolvência.

O índice de risco de pobreza para as mulheres cresceu de 13,3% para 14,4%, entre 1998 e 2002. Não representa nenhum consolo saber que as estatísticas para os homens estão atualmente se aproximando dos dados das mulheres, em virtude do aumento do percentual de homens em risco de pobreza. Enquanto 13,3% das mulheres e

1 *Süddeutsche Zeitung*, 14 jan. 2005, p. 19.

2 *Lebenslagen in Deutschland. Der 2. Armuts- und Reichtumsbericht der Bundesregierung* [Situações de vida na Alemanha. Segundo Relatório sobre Pobreza e Riqueza do governo federal], versão preliminar de 14 de dezembro de 2004. Infelizmente, o relatório não mede a pobreza relativa. No lugar disso, utilizando complexos métodos estocásticos, calcula o número de pessoas que correm o risco de se tornarem relativamente pobres. Isso mostra que o risco de pobreza é especialmente alto para as pessoas que têm menos de 60% do valor mediano da renda disponível da família média, ponderada de acordo com a nova escala da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

3 *Ibidem*, p. 15.

4 *Ibidem*, p. 17.

5 A conferência de imprensa marcou o décimo aniversário da Declaração de Copenhague, adotada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, em 1995.

6 *Lebenslagen in Deutschland*, op. cit., p. 54. Em 1980, esse número era inferior a 1 milhão de pessoas; em 1990, era um pouco menos de 2 milhões e, desde 2000, esse número tem permanecido em torno de 3 milhões, incluindo 2 milhões de cidadãos e cidadãs alemães.

7 “Zur Einkommensentwicklung in Deutschland: Arbeitnehmerkaufkraft seit 1991 stetig gesunken” [Tendências da renda na Alemanha: o poder de compra dos trabalhadores cai continuamente desde 1991], Executiva Nacional da DGB, 06/01, 18 de setembro de 2001, p. 5. Disponível em: <www.igmetall.de/download/>.

8 Não foi possível mudar essa tendência recentemente, como fica claro no primeiro parágrafo deste relatório.

9 *Lebenslagen in Deutschland*, op. cit., p. 24.

10 *Ibidem*, p. 26.

10,7% dos homens corriam alto risco de pobreza em 1998, esses percentuais subiram quatro anos depois para 14,4% e 12,6% das mulheres e dos homens, respectivamente.¹¹

A Alemanha ainda tem um considerável caminho a percorrer em relação à distribuição de renda de acordo com os gêneros. O sindicato da indústria metalúrgica, IG Metall, faz referência ao “progresso a passo de cágado”. “Caso os salários das mulheres na Alemanha Ocidental continuem a se aproximar dos salários dos homens no mesmo ritmo dos últimos 40 anos, serão necessários no mínimo outros 40 anos para que as trabalhadoras de atividades administrativas e intelectuais e muito mais de 70 anos para as mulheres que realizam tarefas manuais possam alcançar seus colegas masculinos”.¹² Pela média de todos grupos ocupacionais, as mulheres ainda recebem 20% a menos do que seus colegas homens para realizar o mesmo trabalho. No caso das engenheiras, essa diferença atinge 30,7%.

Acesso desigual à educação

Nos últimos anos, falhas importantes foram identificadas no sistema educacional da Alemanha. Em especial, de acordo com o Programa para a Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qualidade do ensino de matemática somente chega à média dos países da OCDE. A Alemanha está classificada abaixo da Coreia do Sul, de Hong Kong e Macau, e seu desempenho medíocre desencadeou um debate público no país.¹³

No entanto, um escândalo muito maior em termos de políticas sociais tem sido, em grande parte, ignorado: em praticamente nenhum outro país da OCDE os resultados educacionais e o nível de escolaridade (assim como a educação universitária) são tão dependentes do *status* socioeconômico dos pais quanto na Alemanha.¹⁴

As perspectivas educacionais das crianças filhas de imigrantes ou de famílias socialmente necessitadas são muito piores do que as de crianças de famílias abastadas. De acordo com o Segundo Relatório sobre Pobreza e Riqueza do governo federal, 81% das crianças de famílias com *status* socioeconômico mais alto atingiram um nível educacional que lhes dá direito a entrar na universidade. O percentual para as crianças de grupos populacionais classificados como de baixo *status* social era somente de 11%.¹⁵ Taxas universitárias estão sendo atualmente cobradas em muitos estados, uma tendência que provavelmente aumentará ainda mais essas desigualdades.

Um vislumbre de esperança numa visão geral sombria das tendências sociais e políticas dos últimos anos é a forte queda no número das pessoas sem teto. Em 1998, cerca de 530 mil estavam registradas como sem moradia, incluindo aquelas em risco direto de se tornarem sem-teto (emergências habitacionais). Em 2002, esse número tinha caído 38%, para cerca de 330 mil, incluindo 75 mil mulheres (23% do total) e 72 mil crianças e adolescentes (22% do total).¹⁶

Ajuda para o desenvolvimento estagnada

“Hoje, política de desenvolvimento é política estrutural global, que tem como objetivo melhorar as condições econômicas, sociais, ambientais e políticas nos países em desenvolvimento. É orientada, entre outras coisas, pela visão do desenvolvimento global sustentável”, diz o acordo da coalizão entre o Partido Socialdemocrata e a Aliança 90/Partido Verde, que está no poder desde outubro de 1998.¹⁷

Infelizmente, essa nova orientação política não foi acompanhada de compromissos financeiros adequados. Ao contrário, enquanto a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) representava 0,42% da renda bruta nacional em 1990, esse percentual caía para 0,26% em 1998. Desde aquela época, o financiamento para o desenvolvimento estagnou-se em nível baixo. Em 2000, a AOD representava 0,27% da renda bruta nacional e teve um pequeno aumento para 0,28%, em 2003.¹⁸

Em 2004, a política de desenvolvimento alemã também estava estagnada em termos financeiros, com a AOD ainda representando somente

0,28% da renda bruta nacional.¹⁹ Em 2002, o governo federal prometeu formalmente aumentar os gastos com a AOD para 0,33% da renda bruta nacional até 2006. O ministro do Desenvolvimento, Heidemarie Wiecezorek-Zeul, comentou, de forma autocrítica, que o governo federal “ainda precisa realizar um considerável esforço” para atingir essa meta imposta a si próprio.²⁰

O governo federal teve de engolir críticas igualmente fortes das ONGs que trabalham na área de desenvolvimento. Em março de 2005, Peter Mucke, diretor executivo do Terre des Hommes, resumiu as reivindicações principais de muitas ONGs de desenvolvimento ao governo federal.²¹ Ele exortava o governo federal a:

- adotar um programa passo a passo para atingir a meta de 0,7% da renda bruta nacional em gastos para o desenvolvimento até 2010;
- dar apoio ao lançamento de um Fundo de Financiamento Internacional (IFF, na sigla em inglês) como um marco temporário, com a introdução de impostos internacionais sobre a aviação internacional e a especulação com moedas, como forma de refinar o IFF;
- assumir o compromisso de trabalhar de forma proativa para conseguir substanciais medidas adicionais de alívio da dívida e por um processo justo e transparente de mediação para os países endividados. Isso deve ser baseado num conceito mais amplo de sustentabilidade da dívida, que também levaria em conta indicadores de desenvolvimento social;
- comprometer-se com uma iniciativa articulada para eliminar progressivamente os subsídios europeus às exportações agrícolas;
- usar sua influência para democratizar os processos de decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e para estabelecer um órgão de alto nível responsável pelos temas econômicos e financeiros internacionais, no marco das Nações Unidas.

Novas fontes

Houve algum avanço na posição do governo alemão durante a preparação da Cúpula do Milênio+5, que foi realizada em setembro de 2005. Embora o governo tivesse rejeitado por anos a idéia de um programa obrigatório de passo a passo para atingir

11 Ibidem, p. 17.

12 Ver <www.igmetall.de/daten_fakten_grafiken/direkt/einkommen/index.html>. Em 3 de março de 2004, o Escritório Federal de Estatística (Statistisches Bundesamt, Destatis) publicou os resultados de sua comparação das rendas de homens e mulheres em 2003. O documento afirmava que a renda média das mulheres em 2003 tinha sido 30% inferior à renda média dos homens (ver o texto “New evidence on gender wage gap and low pay”, disponível em <www.euro.eurofound.eu.int/2004/04/feature/de0404205f.html>).

13 Programa para a Avaliação Internacional de Estudantes da OCDE. *First Results from PISA 2003, Executive Summary*. Paris, 2003. Disponível em: <www.pisa.oecd.org>.

14 Ibidem, p. 20-23.

15 *Lebenslagen in Deutschland*, op. cit., p. 84 e 88.

16 Ibidem, p. 46.

17 Ver, por exemplo, <www.bmz.de/de/service/infotehk/fach/spezial/spezial42/spezial042_1.html>.

18 Ver as edições de 2001 a 2004 do relatório do *Social Watch*.

19 Comunicado de imprensa da BMZ n. 35/2005, 11 abr. 2005, disponível em: <www.bmz.de/de/presse/pm/presse200504111.html>.

20 Ibidem.

21 Conferência de imprensa do *Observatório da Cidadania da Alemanha*, 11 de março de 2005.

a meta de 0,7%, os ministros de Relações Exteriores e de Desenvolvimento agora têm defendido essa posição publicamente.²²

Até recentemente, impostos internacionais eram um assunto tabu para o chanceler e seu ministro da Fazenda, porém no Fórum Econômico Mundial de Davos (janeiro de 2005) e na reunião da primavera do FMI e do Banco Mundial, em abril de 2005, eles expressaram publicamente seu apoio à introdução desses impostos. Um compromisso de vários anos com o financiamento para o desenvolvimento foi rejeitado pelo ministro da Fazenda, alegando as regras da legislação orçamentária alemã, porém isso parece não constituir mais um problema para financiar o IFF.

Um sinal público dessa mudança de política foi a entrada da Alemanha no “Grupo do Lula” – composto pelo Brasil, França, Chile e Espanha –, depois de uma reunião entre o chanceler Gerhard Schröder e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Fórum Econômico Mundial de Davos. Esse Grupo trabalha ativamente para identificar fontes inovadoras de financiamento para o desenvolvimento, especialmente impostos coordenados no plano internacional.²³

Um show de solidariedade

O desastre causado pelo *tsunami* na Ásia Meridional e no Sudeste Asiático deslançou uma resposta sem precedentes na Alemanha. Em parte, isso pode ter acontecido pelo fato de o desastre ter atingido diretamente turistas alemães que estavam de férias no sul da Tailândia e em Sri Lanka. Nas primeiras semanas após o desastre e suas consequências, houve uma cobertura detalhada, especialmente na mídia eletrônica. Durante os primeiros dois meses depois do *tsunami*, foram coletados mais de 500 milhões de euros (US\$ 621 milhões) em doações privadas. O governo federal prometeu formalmente mais 500 milhões de euros de ajuda, distribuída ao longo de cinco anos, além dos fundos já propostos no orçamento.²⁴

No entanto, o cumprimento dessas promessas deve ser rigorosamente monitorado, pois, nos últimos anos, “em geral não mais do que 40%

dos fundos formalmente prometidos têm sido de fato aprovados; e, mesmo nesses casos, somente na forma de empréstimos”.²⁵ É também questionável a adequação de algumas formas de ajuda, como a doação aos países atingidos pelo *tsunami* de barcos pesqueiros que estavam fora de serviço na União Européia.²⁶

Entretanto, o que merece ser notado é o grau de solidariedade internacional manifestado pela população alemã, em seguida ao desastre. Este povo emitiu um claro sinal que o governo faria bem em considerar em sua política de desenvolvimento. ■

22 Reforma da ONU: declaração feita pelo embaixador dr. Gunter Pleuger no debate da AG sobre o relatório do secretário geral “In Larger Freedom”, 7 de abril de 2005.

23 Declaração conjunta adotada em Brasília em 11 de fevereiro de 2005 pelo Brasil, Chile, França, Alemanha e Espanha. UN Doc. A/59/719 de 1º de março de 2005, Apêndice.

24 No total, o governo federal proveu 84,6 milhões de euros (US\$ 105 milhões) em ajuda emergencial. Ver <www.bmz.de/de/presse/aktuelleMeldungen/20050322_Tsunami/index.html>.

25 REESE, Niklas. Breakwater? Tsunami-inspired reflections on the politics of development. *Asia House Germany*, jan. 2005. Disponível em: <www.asienhaus.de/public/archiv/breakwater.pdf>. Após o terremoto na cidade iraniana de Bam, de um total de US\$ 1 bilhão de ajuda formalmente prometido, somente US\$ 17 milhões foram de fato aprovados.

26 REESE, Niklas. Business as usual. *Asia House Germany*, mar. 2005. Disponível em: <www.asienhaus.org/flut/nachdentsunami.pdf>.